

Construção de Identidade e as Raízes do Turismo no Território do Vinho

Vander Valduga¹

Resumo

O artigo aborda alguns aspectos da construção da identidade ligada ao vinho nos municípios de Garibaldi e Bento Gonçalves, no estado do Rio Grande do Sul, e analisa a inserção do turismo nesse espaço. O estudo se dá a partir da imigração italiana iniciada em 1875 e termina no ano de 1940. Faz uso de pesquisa histórica, análise documental e análise de conteúdo. Analisa documentos do governo do Estado e de órgãos de fomento da vitivinicultura, além de documentos e cartas trocadas entre os dirigentes estaduais e municipais do período. Apresenta ainda algumas contribuições do *Touring Club* do Rio Grande do Sul na arquitetura do turismo do vinho nesses municípios. As considerações apontam para a influência significativa do papel do Estado nessa construção identitária, reorganizando o território e subsidiando esse espaço de condições técnicas para o fomento da vitivinicultura, além de permitir uma reconstrução do discurso do vinho associado ao imigrante italiano e apropriado em tempos atuais pelo turismo.

Palavras-chave: Vinho. Território. Identidade. Turismo. Imigração italiana.

Introdução

O presente trabalho analisa alguns aspectos da construção da identidade nos municípios de Garibaldi e Bento Gonçalves, no estado do Rio Grande do Sul a partir da imigração italiana iniciada em 1875. Tem como objetivo analisar o papel do estado no fomento da atividade vitivinícola, além de outros órgãos de fomento da vitivinicultura e do turismo como o *Touring Club* do Rio Grande do Sul. A metodologia usada foi de corte qualitativo com base na pesquisa histórica, análise documental (RICHARDSON, 1989) e análise de conteúdo (BARDIN, 2009). A pesquisa foi realizada entre fevereiro e abril de 2011 nos arquivos históricos do município de Garibaldi e Bento Gonçalves/RS.

O espaço social do imigrante italiano

A vasta área de terras denominada de Encosta Superior do Nordeste fazia parte das terras devolutas do império que foram destinadas a receber os colonos italianos, na última

¹ Bacharel e Mestre em Turismo. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor e coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo da Universidade Federal do Pampa. Endereço eletrônico: vandervalduga@unipampa.edu.br

etapa do povoamento do Rio Grande do Sul (a partir de 1875), e que está ligada ao processo de substituição da mão-de-obra e à política de imigração e colonização do Governo Imperial (GIRON, 1996, p. 47). Segundo a autora, a expansão do capitalismo europeu após o início da Revolução Industrial elucida a concentração da produção e sua ampliação, determinada pela abundância de mão-de-obra, fruto da explosão demográfica ocorrida no século XVII. Há a vinculação do crescimento de produção ao da oferta de mão-de-obra e quando o seu crescimento se estabiliza e organiza através dos movimentos sindicais, “a solução será a expansão em direção aos mercados coloniais” (GIRON, 1996, p. 48-49).

Esses imigrantes foram trazidos, também, com o objetivo de continuar o trabalho iniciado pelos imigrantes alemães no início do mesmo século, isto é, de branquear² a população brasileira. “É, portanto, na substituição da mão-de-obra servil pela mão-de-obra européia e branca, vinculada ao racismo que dominava o período, bem como na política de colonização, que serão encontrados os principais fatores que determinaram a imigração européia”. (GIRON, 1996, p. 55).

A ocupação da Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul deu origem a um tipo de sociedade diferente da brasileira do período, isto é, de pequena propriedade com mão-de-obra livre baseada no trabalho familiar e na policultura, que inicialmente ocupou as colônias de Caxias³, Conde D’Eu, Dona Isabel, Antônio Prado e Alfredo Chaves. O sistema colonial previa a divisão das terras em léguas, que por sua vez eram separadas em travessões divididos em lotes médios de 24 a 30 hectares. A região de colonização italiana, em sua perspectiva identitária constituída por mais de 20 mil famílias de imigrantes, coexistiu com a construção das identidades próprias estaduais brasileiras e com a própria produção do ideário gaúcho e da ideia de nação, como explicita Olivien (2006, p. 65). A imigração européia, especialmente a italiana, desenvolveria mais tarde a vitivinicultura em escala comercial no Brasil. A figura 01, com exceção ao município de Monte Belo do Sul mostra a área de estudos do presente trabalho e a atual configuração da Região Turística Uva e Vinho⁴.

² Furtado (1972) cita que o império não se preocupou com a utilização da mão-de-obra escrava e/ou mestiça, que era abundante no nordeste brasileiro, evidenciando o caráter preconceituoso do processo imigratório, baseado na crença da superioridade racial branca em relação a negros e mulatos.

³ Respectivamente municípios de Caxias do Sul, Garibaldi, Bento Gonçalves, Antonio Prado e Veranópolis.

⁴ Região turística sob a governança da Atuaserra- Associação de Turismo da Serra Nordeste. Organização social de interesse público e privado responsável pela condução do Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo para 30 municípios que configuram a região. Está sediada em Bento Gonçalves.

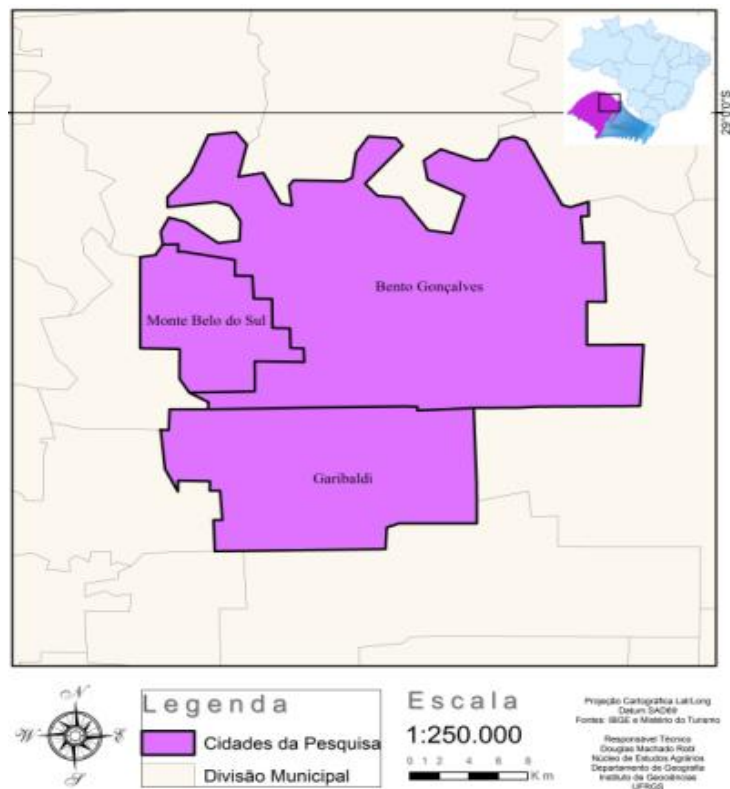


Figura 01: área de estudos

Fonte: o autor com a colaboração de Douglas Machado Robi

A região apresentada na figura 01 apresenta características semelhantes em sua historicidade e territorialidade, dotada de arranjos regionais que a configuram política e economicamente. Turisticamente, esse espaço foi denominado de Região Uva e Vinho a partir de meados da década de 90, seguindo as políticas de turismo na esfera federal. Esta configuração territorial foi sendo alterada ao longo dos anos.

A colônia Dona Isabel, atual Bento Gonçalves, foi desmembrada e emancipada em 1890 do município de São João de Monte Negro, pelo ato nº 474 do governador do estado general Cândido Costa. Dona Isabel compreendia também a colônia Conde D’Eu, atual Garibaldi, município emancipado em 1900. O segundo distrito da organização administrativa da colônia Dona Isabel era Monte Bello, que foi emancipado no ano de 1992 com o nome de Monte Belo do Sul (DE PARIS, 1999). Como a escala temporal do presente estudo vai de 1875 a 1940 e como Monte Belo do Sul ainda não era emancipado, não constará como município na análise. No ano de 1884 a população da colônia Dona Isabel era de 8.339 pessoas, em sua maioria de origem italiana ou austríaca.

A economia na colônia era essencialmente agrícola, com espaço para pequenos ofícios como a carpintaria, pedreiros, ferreiros, entre outros. A produção agrícola entre 1883 e 1884 apresentava os seguintes números:

Produto	Quantidade
Trigo	1.444.800 Kg
Centeio	1.384.000 Kg
Feijão	1.736.400 Kg
Milho	3.017.000 Kg
Cevada	374.800 Kg
Arroz	44.000 Kg
Vinho	4.980.000 Lt

Quadro 01: produção agrícola na colônia Dona Isabel de 1883 a 1884

Fonte: Relatório do Ministro Afonso Augusto Moreira Pena, organizado pelo autor⁵

A produção de vinhos se destaca no período, juntamente com a produção de milho, que mais tarde se tornaria o principal produto agrícola da colônia, especialmente pelo consumo de polenta, que se configurou como um dos pratos típicos regionais, assim como o próprio vinho, que se tornaria também o principal produto comercial da colônia. É corrente na literatura da imigração italiana a ligação do colono italiano com o vinho, assim como é corrente o registro de que a grande maioria dos imigrantes italianos que vieram ao Brasil era agricultora⁶. O que ocorreu de fato era que os colonos italianos acabavam mentindo sobre as suas profissões às Companhias de Imigração⁷, para poder deixar sua pátria mãe, uma vez que as condições em que se encontravam na Itália eram precárias. Este dado ganha relevância na medida em que o desconhecimento agrícola e do clima local, somado às péssimas condições de trabalho, carência de ferramentas e de quaisquer tecnologias, fizeram com que as primeiras safras agrícolas tivessem sido praticamente perdidas. A agricultura⁸ da colônia italiana apresentava traços indígenas, com base na rotação de terras, diferentemente do modelo agrícola europeu que fazia a rotação de culturas. (HERÉDIA, 1997).

⁵ Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves.

⁶ Como por exemplo, o registro de Joaquim Caetano Pinto Junior, conde de Gênova de 01 de fevereiro de 1878, em que todos os imigrantes são declarados agricultores. Disponível em https://www.imigrantesitalianos.com.br/NAVIO_COLOMBO_12021878_02.html. Acessado em 14 de abril de 2011.

⁷ Empresas responsáveis pela comercialização de imigrantes, além do papel logístico e da publicidade dos núcleos receptores nos países emissores. Os contratos com o governo imperial e republicano demandavam por parte dos últimos uma maior quantidade de agricultores.

⁸ Os lotes rurais com média de 25 hectares eram aproveitados da seguinte forma: parreiral de uvas (2 hectares), potreiro (4 hectares), lavoura em rotação de terras (19 hectares), cultivo (3 hectares).

O espaço social do colono italiano se resumia à vizinhança, a capela onde a vida social foi estruturada, aos jogos de bochas e de cartas como o quatrilho. A identidade do imigrante desterritorializado, somada ao fato de não ser gaúcho no contexto nacional, foi sendo gestada aos poucos e inicialmente teve significativa interferência da igreja católica, conforme Valduga (2008, p. 266),

(...) as ordens ultramontanas que acompanhavam os imigrantes acreditavam que o isolamento dos mesmos da sociedade nacional e a manutenção de sua identidade européia seriam a forma de preservar neles o espírito cristão - era preciso ficar longe da infecciosa influência da degenerada religiosidade brasileira.

Afora o papel da igreja católica para a manutenção e difusão de uma identidade religiosa que iria perdurar ao menos até os anos 30, quando Getúlio Vargas assume o poder e começa a ser desencadeado um processo de integração do colono italiano à sociedade nacional, paralelo aos grandes movimentos regionalistas e nacionalistas mundiais, o vinho se concretizava como o principal produto exportado da região colonial italiana, todavia a vitivinicultura nacional é bem mais antiga⁹.

No Rio Grande do Sul, a introdução da videira é uma questão um tanto controversa. No período colonial (1500-1822), Portugal havia imposto a proibição da criação de indústrias às colônias, além do cultivo de frutas nas regiões de clima temperado, no intuito de não competir com a metrópole e, especificamente nas videiras, o Alvará de D. Maria I, das Cartas Regias de janeiro de 1789, proibia o cultivo de videiras no Brasil. Mas isso não foi suficiente, pois, nas reduções jesuíticas havia o cultivo de vinhas e a produção de vinhos. Rabuske (1979) detalha aspectos da produção e processos de vinificação registrados pelo padre Antonio Sepp, da Redução de São José¹⁰. Nele são descritas as melhores uvas e vinhas para elaboração dos vinhos e fases da produção. Uma descrição da produção também foi feita pelo botânico *Auguste de Saint-Hilaire* na “Viagem ao Rio Grande do Sul” que cita a produção de uvas nos arredores de Porto Alegre, São José do Norte e Ilha dos Marinheiros, um pouco mais tarde, por volta de 1820.

⁹ A esse respeito, a obra de Gabriel Soares de Souza no seu Tratado Descritivo do Brasil em 1587 é rico em detalhes. Descreve a vitivinicultura brasileira da Bahia até São Paulo. (SOUZA, 1587).

¹⁰ Imediações das atuais cidades de Bela Vista do Paraíso e Sertanópolis, no Paraná.

De Boni e Costa (1979) afirmam que quando os imigrantes italianos chegaram, em 1875, obtiveram mudas dos alemães, pois as que haviam trazido da Itália na bagagem secaram durante a viagem¹¹.

O vinho na área de colonização italiana foi produzido inicialmente para consumo doméstico e posteriormente começou a ser comercializado, especialmente pela melhoria das estradas e dos transportes com a expansão comercial da colônia. Conforme Ribeiro (2002, p. 76), “[...] já no final do século passado, a Região Colonial Italiana se havia empenhado na especialização de sua produção agrícola: a vitivinicultura”. Assinala ainda que a motivação para essa especialização tem origem em diversos fatores, entre eles destaca-se o domínio tecnológico do cultivo da videira por um número significativo de imigrantes, e outro, de natureza econômica, deveu-se ao incentivo do estado na especialização produtiva, já que a policultura havia sido incentivada em todos os estados da Federação e que, num futuro, haveria competição (RIBEIRO, 2002, p. 76-7). Interessa para fins deste trabalho detalhar um pouco mais do papel do Estado no fomento da atividade vitivinícola.

O Estado, a vitivinicultura e as raízes do turismo

No ano de 1891 foi fundada a Escola de Agricultura e Vinicultura de Taquari, e sete anos mais tarde foi inaugurada a primeira Estação Agronômica Experimental, na Chácara das Bananeiras, em Porto Alegre. (PAZ e BALDISSEROTTO, 1997). As autoras apresentam algumas iniciativas do Estado do Rio Grande do Sul para a melhoria da qualidade da produção vinícola, entre elas a contratação do enólogo italiano Lourenço Mônaco para a função de fiscal de higiene nos municípios de Caxias do Sul e Garibaldi, que introduziu novas máquinas e técnicas de produção, importou mudas de videiras da Argentina e posteriormente constituiu a empresa Lourenço Mônaco e Cia. em Bento Gonçalves. No ano de 1899, mais de 20.000 mudas de videiras foram importadas do Uruguai visando a

¹¹ Os empresários da vitivinicultura e que atuam no turismo do vinho da Região Uva e Vinho ignoram esse dado, assumindo o discurso de que as primeiras videiras cultivadas pelos imigrantes italianos teriam vindo da Itália, remetendo a um passado de tradição no cultivo das videiras. Pelas condições de pobreza e miséria do norte da Itália em fins do século XIX, as terras que os imigrantes cultivavam eram arrendadas, poucos imigrantes eram proprietários de terras. Em 2006 o autor buscou fontes da “tradição vinícola” dos italianos imigrados ao Brasil em arquivos da região do Vêneto e do Trento, na Itália, e o que havia de fato nessas famílias era apenas uma pequena produção vinícola de subsistência, em precárias condições. Grandes vinícolas existiam e ainda existem, mas, eram de propriedade de nobres e grandes proprietários e as condições sociais, sobretudo no Trento, somente melhoraram pós-segunda guerra, nos anos 60. Contudo, o ofício da produção era de conhecimento de boa parte dos imigrantes, o que, segundo Ribeiro (2002), foi um dos fatores para o desenvolvimento posterior da vitivinicultura na Serra Gaúcha.

distribuição aos colonos e a criação do primeiro laboratório enológico Rio-Grandense, na Estação Agronômica Experimental, em Porto Alegre.

Havia uma preocupação dos governos municipais com a vitivinicultura, como relata o Intendente de Garibaldi Affonso Aurélio Porto, em 1913¹².

É uma industria para a qual os poderes públicos deviam voltar os olhos, mandando enólogos hábeis, de cantina em cantina, aperfeiçoar os conhecimentos técnicos dos colonos e, ao mesmo tempo, crear rigorosa fiscalização afim de que, como tem acontecido, fabricantes menos concenciosos, não o tornem nocivo a saúde publica¹³.

O mesmo intendente relata ainda a organização de uma Exposição de Uvas, em fevereiro de 1913, que é a primeira exposição que se tem registro na colônia italiana¹⁴, além da importação de 3000 mudas de videiras da França, por intermédio da Sociedade para Animação da Agricultura de Paris, para aclimação ao município. Segundo o relatório da exposição, compareceram 133 expositores de uvas e 20 expositores de vinhos, houve conferências realizadas por enólogos e premiação aos melhores vinhos e uvas expostas. Neste mesmo ano, o relatório cita que 1600 famílias cultivavam videiras, atingindo uma produção de 20 milhões de litros.

Com o aumento da produção vinícola urbana que oferecia melhores condições e vinhos de melhor qualidade, a produção rural começou a sofrer a concorrência, momento em que muitos comerciantes urbanos começaram a rejeitar a produção do vinho artesanal e os colonos passaram a se organizar frente às adversidades. Segundo Giron (1987, p. 282), foi por volta de 1910 que começou o movimento cooperativista vinícola e que acabou por ampliar a produção a outra escala, chegando, em 1918, a 90 milhões de litros, de acordo com Gobbato (1922). Giron (1987) assinala que a organização das cooperativas vinícolas é obra dos imigrantes italianos, mas não o movimento cooperativista no estado, que teve outras iniciativas antes, com os imigrantes alemães. No entanto a organização em cooperativas não se deu ao acaso, foi consequência de uma crise na ruralidade ocasionada pela dependência comercial do vinho pelos colonos italianos¹⁵.

¹² Relatório do Intendente de Garibaldi Affonso Aurélio Porto em 1913, página 04. Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

¹³ Grafia do original.

¹⁴ Outras exposições agrícolas e de uvas foram organizadas anteriormente em Porto Alegre.

¹⁵ Os comerciantes urbanos recebiam o vinho dos colonos e cobravam do consumidor à vista. O pagamento aos colonos ocorria até um ano depois da compra. Muitas vezes os colonos não recebiam, pois os comerciantes alegavam que o vinho havia estragado ou que não haviam conseguido vendê-lo e com isso, muitos comerciantes enriqueceram no período. Não havia ainda, segundo Giron (2009 p. 39), ligação entre o movimento

No contexto técnico de produção, é importante citar o papel da Estação Experimental de Viticultura e Enologia-EEVE, instalada em Caxias do Sul em 1921, que visava incrementar a qualidade dos vinhos na região e no país, desenvolvendo novas variedades de videiras. Paz e Baldisserotto (1997) relatam que entre 1921 e 1984 foram introduzidas e experimentadas 1951 variedades de uvas. A EEVE foi responsável pela introdução de inúmeras variedades entre os colonos, além de fornecer capacitação a agricultores e técnicos por meio de cursos de viticultura e enologia¹⁶. As feiras regionais e exposições de uvas em Porto Alegre ganharam força e no ano de 1931 foi realizada a primeira Festa da Uva em Caxias do Sul. Assim, por meio dos eventos e com o apoio do Estado, o vinho e a uva deixam de ser apenas produtos comerciais e passam a ter referência em eventos, patrimonializando¹⁷ estes produtos. Assumem assim uma conotação política, isto é, o uso político do patrimônio¹⁸, naturalizando uma herança “herdada dos ancestrais imigrantes” que, todavia dominavam as técnicas de cultivo e produção, pois a vitivinicultura no norte italiano e em parte da Áustria, de onde vieram os imigrantes é milenar. Negligenciar a intervenção do Estado no fomento da atividade certamente é negar a história e a formação territorial deste espaço. Se o argumento cultural tão defendido na atualidade por agentes e operadores turísticos ou mesmo autores que estudam esta prática nos dois municípios fosse determinante, os italianos que imigraram aos Estados Unidos, Canadá, México ou mesmo São Paulo teriam desenvolvido, ainda que minimamente a vitivinicultura nestes espaços.

A Festa da Uva, realizada em Caxias do Sul foi o primeiro grande evento da colônia italiana da Encosta Superior do Nordeste e visava mostrar aos olhos dos visitantes a produção regional e fazer com que o colono deixasse de lado a produção da uva Isabel em prol de

cooperativista e a imigração, ele se deu muito mais pela condição de pequenos produtores do que a ideia cooperativista que eles possam ter trazido da Europa.

¹⁶ A EEVE até a década de 1940 teve os seguintes diretores: Louis Esquier (1921-1928); o italiano Celeste Gobbato (1928- 1938) e Francisco da Cunha Rangel (1938-1946). Por razões de espaço não será possível analisar aqui o papel de cada um dos diretores na vitivinicultura regional, todavia este trabalho é um recorte da pesquisa de doutorado do autor, ainda em andamento.

¹⁷ As tradições inventadas, estabelecidas e que permanecem ao longo do tempo, se expressam em monumentos e símbolos materiais também, que tem a função de perpetuar o passado, na lógica patrimonial, mas que vai além da ideia de herança no sentido privado. Essa ideia de legado tem a função de construir os territórios, forjar identidades e garantir a sua permanência, o que Di Méo (2007) caracteriza como processo de patrimonialização territorial.

¹⁸ Gravari-Barbas (1995) expõe outra face do patrimônio, a que funciona como um objeto político, notadamente a favor dos eleitos, no que denomina de “territorialização do patrimônio”, quando há o interesse de fixar um grupo à um território e de criar vínculos identitários. Livre tradução.

variedades de uvas finas¹⁹. Foi ainda o primeiro grande evento a gerar interesse nacional. Os municípios vizinhos eram convidados a expor na festa e auxiliavam na organização, além das cooperativas vinícolas que destinavam “05 contos de réis por litro de vinho a ser exportado”, até o final da Festa da Uva²⁰. O movimento de turistas, todavia não se restringia apenas a este evento. O “Veraneio na Serra” (GOTTSELIG, 1933) era uma atividade que levava visitantes a alguns municípios pelas condições climáticas mais amenas no verão. Esta atividade ocorria em Garibaldi, Farroupilha (Desvio Blauth), Carlos Barbosa, Bento Gonçalves, Veranópolis e Nova Prata, sobretudo nos que tinham estações de trem que permitissem a chegada e condições de oferta, especialmente hoteleira, para acolhimento. A concretização da estrada de ferro ligando Porto Alegre, Montenegro, posteriormente Carlos Barbosa, Garibaldi e Bento Gonçalves foi concluída na segunda década do Século XX e permitiu, além da mobilidade ligada ao turismo de veraneio a expansão das atividades comerciais, sobretudo a exportação de vinho, antes prejudicada pelas condições de transporte (MIGOT, 2008, p. 48-55).

No ano de 1935 foi fundado no Rio Grande do Sul uma seção do *Touring Club*²¹, em comemoração ao Centenário Farroupilha no Estado. No ofício de comunicação da criação endereçado ao prefeito de Garibaldi, foi solicitado pelo Sr. Clio Fiori Druck, diretor da secretaria, um mapa rodoviário do município e em ofícios posteriores, fotografias legendadas do município. Em ofício de 05 de outubro de 1935, o *Touring Club* comunica o prefeito de Garibaldi, Sr. Dormelindo de Oliveira que,

levará a efeito, dentro de poucos dias, uma grande excursão turística a região vinícola riograndense, cuja finalidade é exibir aos olhos maravilhados dos inúmeros forasteiros, que hora nos visitam, (...), as extasiantes belezas naturais e o dinâmico progresso dos nossos municípios produtores de vinho; na lista dos quais figura Garibaldi, de interessantes e variados atrativos turísticos.²²

Inicialmente o município de Garibaldi atendeu as reivindicações do *Touring Club*, mas posteriormente o prefeito de Garibaldi solicitou a exclusão do município do quadro de associados, alegando falta de recursos votados para este fim²³. Assim seguiu até o final da década de 1940 quando novamente houve uma aproximação com o *Touring Club*,

¹⁹ O discurso de Celeste Gobatto, então diretor da EEVE, no ato de abertura da Festa Uva faz referência às “montanhas pitorescas” tomadas por parreirais para os turistas.

²⁰ Cópia da Ata Nrº119 da Associação dos Comerciantes de Caxias. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi, Caixa 38 de 1931.

²¹ Conforme seu Estatudo, o *Touring Club* se propunha a incentivar o turismo no Rio Grande do Sul, atendendo a todas as questões que se relacionam com o automobilismo em geral. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi, caixa 42, 1934-1935.

²² Ofício nº 152. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi, caixa 42, 1934-1935.

²³ Ofício 333 de 09 de agosto de 1935. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi, caixa 42, 1934-1935.

especialmente a partir da instalação de uma delegacia do *Touring* em Garibaldi, tendo como delegado o Sr. Urbano Buerguer e como vice o Sr. Armando Peterlongo. Em Bento Gonçalves, o braço do *Touring Club* foi o empresário Carlos Dreher Neto, fundador da vinícola Dreher S/A, que teve no rol de produtos o conhaque Dreher, conhecido em todo Brasil. Todavia, estes registros não se encontram no arquivo histórico de Bento Gonçalves, sendo necessário investigar a partir da origem do *Touring*, em Porto Alegre, motivo para outro trabalho. O *Touring Club* teve papel importante na difusão e organização das caravanas automobilísticas, com destaque para a caravana da “Semana da Pátria” de 1940, com guia impresso, mapas rodoviárias e ampla programação.

Vale salientar que, paralelamente ao trabalho do *Touring Club*, inicialmente tendo como secretário de honra o General Flores da Cunha, havia o trabalho do Automóvel *Club* do Brasil, este com sede no Rio de Janeiro e tendo a frente como presidente o gaúcho Getúlio Vargas. Este dado sugere novas abordagens, especialmente a partir dos grandes movimentos nacionalistas mundiais no período, uma vez que o próprio Getúlio Vargas criou condições posteriores para o desenvolvimento da indústria automobilística brasileira²⁴.

Considerações Finais

A leitura do turismo a partir de outras bases pode permitir uma reconstrução do discurso que permeia os agentes e operadores do turismo na então Região Uva e Vinho. Fica evidente na análise, ainda que limitada neste contexto, o papel do Estado no fomento da atividade vitivinícola neste território do vinho em diferentes frentes, tanto no apoio técnico-científico, na organização do espaço social e cultural, quanto nas feiras e eventos ligados ao setor vinícola como a Festa da Uva e a exposição de uvas de Garibaldi em 1913. Estes eventos, por meio de sua repetição se tornaram tradicionais ao longo dos anos, transformaram o vinho em patrimônio nos municípios estudados e posteriormente essa perspectiva foi

²⁴ Na França, a formação regionalista data do final do século XIX e início do Século XX. Teve importante papel a invenção do folclore regional, heróis locais, a invenção da gastronomia típica e a organização de roteiros gastronômicos, sobretudo a partir da região da Bougonha. Na França o *Touring Club* teve papel fundamental no fortalecimento do regionalismo a caberia investigar se no Brasil o movimento caminhou a partir dos mesmos princípios. Nova investigação se faz necessária e alguns indicadores acima apontados sugerem que essa relação pode ser muito próxima, considerando ainda que o Departamento Nacional de Propaganda demandava informações turísticas aos municípios brasileiros na mesma época. Sobre a formação do regionalismo francês e o turismo sugere-se as obras de LAVENIR, Catherine B. *La roue et le stylo: comment nous sommes devenus touristes*. Paris: Editions Odile Jacob, 1999; e LAFERTÉ, Gilles. *La production d'identités territoriales à usage commercial dans l'entre-deux-guerres en Bourgogne*. Cahiers d'économie et sociologie rurales – CNRS. Ivry: 2002.

estendida a escala regional. A construção da identidade regional é semelhante, mas não se quer aqui fazer a leitura da totalidade a partir da parte. Tampouco se quer desconsiderar os fluxos e as redes mundiais do período como a formação das identidades nacionais de muitos países, como França e Itália. A vitivinicultura foi a base econômica de muitas atividades posteriores, entre elas o turismo a partir da década de 1930, ainda que tenha iniciado anteriormente com o veraneio na serra gaúcha a partir da construção da estrada de ferro. O *Touring Club*, com uma formação elitizada se apoiou nesta atividade, atento ao que era diferente no estado do Rio Grande do Sul na época.

O presente trabalho aponta várias possibilidades de análise, especialmente em escalas diversas em nível regional, estadual ou mesmo nacional. Certamente não é um trabalho pronto, apenas um indicador de trabalhos posteriores que podem permitir uma análise mais clara do processo de turistificação deste espaço social e de sua formação territorial.

Referências Bibliográficas

BARDIN, Laurence. *L'analyse de contenu*. Paris: Puf, 2009.

DACANAL, José H. GONZAGA, Sergius. RS: imigração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovilio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Educs, 1979.

DE PARIS, Assunta. Memórias: Bento Gonçalves – 109 anos. Bento Gonçalves: Arquivo Histórico Municipal, 1999.

DI MÉO, Guy. *Processus de patrimonialisation et construction des territoires*. Colloque Patrimoine e industrie en Poitou-Charentes: connaître pour valoriser. Poitiers – Châtelleraut: France, 2007.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1972.

GIRON, Loraine Slomp. *O cooperativismo vinícola gaúcho: a organização inicial*. In: De Boni, L. A.(Org.) *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987.

_____. *A imigração italiana no RS: fatores determinantes*. In:

_____. *80 anos de lutas 1929-2009: a Cooperativa Forqueta e o cooperativismo vitivinícola gaúcho*. Porto Alegre, RS: SESCOOP/RS, 2009.

GOBBATO, Celeste. *Manual do viti-vinicultor brasileiro*. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Escola de Engenharia, 1922.

- GOTTSELIG; Carlos W. *Grande álbum de Montenegro*. Montenegro: RS, 1933.
- GRAVARI-BARBAS, Maria. *Le “sang” et le “sol”*: le patrimoine, facteur d’appartenance à un territoire urbain. Le territoire, lien ou frontière? Paris, Université d’Angers, 1995.
- HERÉDIA, Vânia B. M. *Processo de Industrialização da zona italiana: estudo de caso da primeira indústria têxtil do nordeste do estado do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EducS, 1997.
- MIGOT, Aldo F. *História do município de Carlos Barbosa: presente, primórdios e pioneiros*. Caxias do Sul: Bellas-Letras, 2008.
- OLIVIEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- PAZ, Ivoni Nöir; BALDISSEROTTO, Isabel. *A estação do vinho: história da estação experimental de viticultura e enologia – EEVE- (1921-1990)*. Caxias do sul: EDUCS, 1997.
- RABUSKE , Arthur. *Padre Antonio Sepp: o genio das reduções Guaranis*. São Leopoldo, Unisinos, 1979.
- RIBEIRO, Cleodes M. P. J. *Festa e identidade: como se fez a festa da uva*. Caxias do Sul: EducS, 2002.
- RICHARDSON, Roberto J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- SOUZA, Gabriel S. de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Disponível em: <https://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003015.pdf>. Acessado em 15 de Dezembro de 2010.
- VALDUGA, Gustavo. *Paz, Itália, Jesus, uma identidade para imigrantes e seus descendentes: o papel do jornal Correio Riograndense*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.